

Número	Designação da empreitada	Entidade adjudicatária	Forma de atribuição	Valor sem IVA — Euros	Valor com IVA — Euros
14	Beneficiação e remodelação — S. F. Sintra 3.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	14 751	17 553,69
15	Beneficiação e remodelação — S. F. Amadora 3.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	6 165,58	7 337,04
16	Beneficiação e remodelação — S. F. Alpiarça.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	10 723,93	12 761,48
17	Beneficiação e remodelação (ampliação) — S. F. Cascais 2.	BRERA, L. ^{da}	Ajuste	24 890,78	29 620,03
18	Impermeabilização terraço da TFP de Lagos.	SOTECNISOL, L. ^{da}	Ajuste	10 071,25	11 984,79
19	Obras diversas no armazém do Prior Velho	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	17 020,45	20 254,34
20	Obras de construção civil na Duque d'Ávila.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Limitado	65 422,63	77 852,93
21	Obras de beneficiação na D. F. do Porto 4	Antónia & Curado, L. ^{da}	LIMITADO	24 935,32	29 673,03
22	Remodelação da instalação de energia e dados — D. F. Aveiro, Edifício Oita.	ONOLUX, L. ^{da}	Ajuste	10 693	12 724,67
	<i>Total</i>			1 448 853,74	1 595 135,96

25 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 2722/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2005:

Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira, Vítor Jaime Pereira Alves, Paulo Alexandre Major Duarte Lopes, Sérgio António de Madeira Pinto e Manuel Maria Rodrigues Alves Barreiros, técnicos superiores de orçamento e conta da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área jurídica) do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de orçamento e conta principal da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área jurídica), do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante do mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

19 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Brito Onofre*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 108/2005. — Pelo despacho n.º 1046/2001, de 15 de Novembro, foram nomeados os membros da Comissão de Fiscalização do Instituto Nacional de Medicina Legal, a qual é constituída por três membros, sendo um deles revisor oficial de contas.

Por imprescindível e na sequência da cessação de funções do revisor oficial de contas nomeado ao abrigo do citado despacho n.º 1046/2001, de 15 de Novembro, torna-se necessário proceder à nomeação de novo membro da comissão de fiscalização, mantendo-se em funções os demais membros anteriormente nomeados.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 96/2001, de 26 de Março, que aprovou os Estatutos do Instituto Nacional de Medicina Legal, é nomeado vogal da Comissão de Fiscalização do Instituto Nacional de Medicina Legal o Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, revisor oficial de contas n.º 1094.

12 de Janeiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — Pelo Ministro da Justiça, *Miguel Bento Martins da Costa Macedo e Silva*, Secretário de Estado da Justiça.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 109/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 23 142/2004, de 19 de Outubro, da Ministra da Cultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 265, de 11 de Novembro de 2004, são aprovados os programas das provas de conhecimentos

específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de técnico superior, área funcional de estudo, promoção e realização de projectos de investigação na área da conservação das técnicas de produção artística e da ciência dos materiais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Português de Conservação e Restauro, constantes do anexo do presente despacho, do qual fazem parte integrante.

17 de Janeiro de 2005. — A Directora do Instituto Português de Conservação e Restauro, *Ana Isabel Menano Seruya Cardoso Pinto*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Aprovação dos programas das provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de técnico superior, área funcional de estudo, promoção e realização de projectos de investigação na área da conservação das técnicas de produção artística e da ciência dos materiais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Português de Conservação e Restauro.

A — Área de química:

- 1) Materiais orgânicos e inorgânicos das obras de arte e utilizados na sua conservação;
- 2) Análise de materiais orgânicos e inorgânicos;
- 3) Análise microquímica clássica, qualitativa e quantitativa;
- 4) Microscopia de IV com transformada de Fourier (μS — FTIR);
- 5) Cromatografia líquida de alta resolução com espectrometria de massa (HPLC/MS);
- 6) Cromatografia gasosa com espectrometria de massa (GC/MS).

B — Área de física:

- 1) Determinação de propriedades/parâmetros básicos de interesse para a conservação;
- 2) Ensaios de envelhecimento acelerado;
- 3) Espectrometria de fluorescência de raios X (FRX);
- 4) Difracção de raios X (DRX);
- 5) Microscopia electrónica de varrimento com análise química associada (SEM — EDS);
- 6) Clorimetria.

C — Área de biologia:

- 1) Sistemática de animais e plantas;
- 2) Anatomia de madeiras;
- 3) Biodeterioração;
- 4) Controlo de infecções e infestações.

D — Comum a todas as áreas:

- 1) Noções gerais sobre a preservação e a segurança de objectos de arte, com especial incidência no seu transporte e na sua manipulação;